



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO  
XIII CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

**INSTRUÇÕES AO CANDIDATO**  
**PRIMEIRA PROVA ESCRITA – 1ª ETAPA**  
**Cuiabá – Mato Grosso**

**28 de abril de 2007**

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Não utilizar corretor.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torná-lo-á nulo.
08. O candidato poderá levar o caderno de questões **após decorridas 2 (duas) horas.**
09. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.
10. O gabarito relativo à primeira prova escrita será divulgado logo após a sessão pública de divulgação do resultado, o qual será afixado na portaria principal do prédio do TRT da 23ª Região e disponibilizado via Internet no endereço eletrônico [www.trt23.gov.br](http://www.trt23.gov.br).
11. A sessão pública de identificação das provas e divulgação do resultado ocorrerá no dia 02.05.2007, a partir das 16 horas, na sede do TRT da 23ª Região, situada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3355 – Centro Político Administrativo.

**COMISSÃO DE CONCURSO**

## DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1 - Analise as proposições abaixo formuladas, e marque a alternativa correta:

I - Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes, vale dizer, não haverá nulidade processual sem manifesto prejuízo econômico às partes interessadas;

II - Com base no princípio da transcendência, a ausência da primeira proposta conciliatória no procedimento ordinário não impõe o reconhecimento da nulidade absoluta do processo;

III - O princípio da convalidação ou da preclusão está albergado no artigo 795 da CLT, segundo o qual "as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argüi-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos".

IV) De acordo com o princípio da convalidação, cabe à parte provar o não-recebimento da citação até a prolação da sentença;

V - O princípio da economia processual está implicitamente previsto no artigo 796 da CLT, o qual preceitua que "a nulidade não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato".

- a) estão corretos apenas os itens I, II;
- b) estão incorretos apenas os itens I e IV;
- c) estão incorretos apenas os itens I e III;
- d) estão corretos apenas os itens I, II e III;
- e) estão corretos apenas os itens III e IV.

2) - Acerca do procedimento sumaríssimo, marque a alternativa incorreta:

a) a sentença mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório, e o juízo adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e as exigências do bem comum;

b) estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica, fundacional e empresa pública;

c) nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente, bem como não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado, sob pena de arquivamento da reclamação e condenação ao pagamento de custas sobre o valor da causa;

d) as partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação;

e) o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como liberdade para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

03) - Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com a CLT, se, até 10 minutos após a hora marcada para abertura da audiência, o juiz não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências;
- b) Conforme entendimento do c. TST, a reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração, podendo ser elidida a revelia mediante a apresentação de atestado médico, que deverá declarar tão-somente a doença acometida pelo empregador ou seu preposto;
- c) Se o autor der causa a dois arquivamentos seguidos dos autos do processo, em face do não-comparecimento à audiência, ficará impedido de ajuizar qualquer ação trabalhista pelo prazo de três meses;
- d) a teor do que dispõe a literalidade do artigo 799 da CLT, nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência.
- e) Ainda que o Juiz seja suspeito, o § único, do artigo 801 da CLT considera suprida a irregularidade se do processo constar que o recusante deixou de alegá-la anteriormente, mesmo sobrevivendo novo motivo, ou que, depois de conhecida, aceitou o juiz recusado ou, finalmente, se procurou de propósito o motivo de ela se originou.

4) - Analise as proposições abaixo formuladas, e marque a alternativa correta:

- I - Segundo entendimento sumulado do c. TST, é ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT, e a não-apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário;
- II - No processo do trabalho, por aplicação subsidiária do CPC, é permitido à parte contra quem foi produzido o documento suscitar o incidente de sua falsidade, no atinente à questão material do referido documento;
- III - No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecurável, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas e, segundo entendimento do c. TST, apenas por ação rescisória é impugnável o aludido termo.
- IV - No atinente à prova do liame empregatício, quando a reclamada assevera que o autor prestou serviço na condição de empregado e apresenta o respectivo contrato, cabe ao reclamante o ônus de infirmar o aludido documento para que o juiz não venha a reconhecer o fato extintivo aduzido na defesa;
- V - No processo do trabalho e de acordo com previsão da CLT, à exceção unicamente do procedimento sumaríssimo, admite-se que cada parte apresente apenas três testemunhas;

- a) somente o item I está correto;
- b) somente os itens I e II estão corretos;
- c) somente os itens I, II, III estão corretos;
- d) somente os itens I, II, III, IV corretos;
- e) todos os itens estão corretos.

5) - Assinale a alternativa incorreta:

- a) - De acordo com entendimento do c. TST, na Justiça do Trabalho, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão: de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado;
- b) - Cabe agravo de petição, no prazo de 8 dias, das decisões do Juiz nas execuções, o qual somente será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença;
- c) - Cabe agravo de instrumento, no prazo de 8 dias, dos despachos que denegarem a interposição de recursos, cabendo às partes, sob pena de não conhecimento, promoverem a formação do instrumento do agravo de modo a possibilitar, caso provido, o imediato julgamento do recurso denegado, instruindo a petição de interposição, obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, da comprovação do depósito recursal e do recolhimento das custas;
- d) - O Juízo não precisa declarar os efeitos em que recebe o recurso ordinário interposto, porquanto os recursos trabalhistas possuem, em regra, apenas o efeito devolutivo, não havendo previsão na CLT para que o Juiz possa emprestar efeito suspensivo, salvo no caso de recurso ordinário contra sentença normativa proferida em dissídio coletivo;
- e) - Diante do entendimento sumulado do c. TST, a antecipação da tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança e, por não ser impugnável mediante recurso ordinário, a ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso.

6) - Analise as proposições, aponte abaixo a alternativa correta:

- I - se determinada Vara do Trabalho realiza audiência una, então a ausência do reclamante a esta audiência implicará no arquivamento da reclamação trabalhista;
  - II - se determinada Vara do Trabalho realiza audiência tripartida (inicial, instrução e julgamento), então a ausência do reclamante na audiência inicial implicará no arquivamento da reclamação trabalhista;
  - III - se determinada Vara do Trabalho realiza audiência una, então a ausência do reclamado a esta audiência implicará em revelia e confissão quanto à matéria de fato;
  - IV - se determinada Vara do Trabalho realiza audiência tripartida (inicial, instrução e julgamento), então a ausência do reclamado na audiência inicial implicará em revelia e confissão quanto à matéria de fato.
- a) - todas as opções estão corretas;
  - b) - apenas três opções estão corretas;
  - c) - apenas duas opções estão corretas;
  - d) - apenas uma opção está correta;
  - e) - todas as opções estão incorretas.

7) - No tocante à prova no processo do trabalho, de acordo com o entendimento do TST, assinale a alternativa incorreta:

- a) - a decisão que defere horas extras com base em prova oral ou documental não ficará limitada ao tempo por ela abrangido, desde que o julgador fique convencido de que o procedimento questionado superou aquele período;
- b) - haverá preclusão consumativa se a parte interpuser o recurso antes do término do prazo previsto em lei e o depósito recursal não for feito na mesma data da interposição do recurso;
- c) - é do empregado o ônus de comprovar que satisfaz os requisitos indispensáveis à obtenção do vale-transporte;
- d) - a juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para a sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença;
- e) - ainda que haja confissão ficta, a prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta pelo Magistrado, não implicando em cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.

8) - De acordo com a jurisprudência do TST, constante de suas orientações jurisprudenciais, é correto afirmar:

- a) - é válido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito;
- b) - a juntada da ata de audiência, em que está consignada a presença do advogado do agravado, desde que não estivesse atuando com mandato expresso, torna dispensável a procuração deste, porque demonstrada a existência de mandato tácito;
- c) - a falta de comunicação do advogado à OAB, para o exercício profissional em seção diversa daquela na qual tem inscrição, importa nulidade dos atos praticados, além de constituir infração disciplinar;
- d) - havendo litisconsórcio com procuradores distintos, ser-lhe-ão contados em dobro o prazo para contestar, recorrer e, de um modo geral, para falar nos autos;
- e) - em face das consequências de natureza civis e penais, para a concessão dos benefícios da justiça gratuita, é imprescindível que a declaração de pobreza seja firmada pelo próprio reclamante.

9) - De acordo com Art. 1º-B da Lei 9.494/97, o prazo para a Fazenda Pública opor embargos à execução, ou seja “o prazo a que se refere o caput dos arts. 730 do Código de Processo Civil, e 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943” passa a ser de trinta dias. Recentemente, em 28.03.2007, o Pleno do Supremo Tribunal Federal deferiu cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade, ajuizada pelo governador do Distrito Federal, determinando a suspensão de quaisquer julgamentos que envolvam a aplicação do artigo 1º-B, da Lei 9.494/97. Com isso é correto afirmar:

- a) - a decisão proferida, porque provisória, não tem efeito vinculante para os demais juízes ou tribunais;
- b) - a decisão tem efeito vinculante e a sua não observância pelos demais juízes somente pode ser questionada mediante recurso cabível da decisão violadora da interpretação do Supremo Tribunal Federal;
- c) - a decisão proferida pela Suprema Corte tem efeito vinculante e seu descumprimento autoriza a utilização da via reclamationária para resguardar e fazer prevalecer a integridade, a autoridade e a eficácia daquela decisão;
- d) - a decisão tem efeito vinculante, mas só tem legitimidade para impugnar o ato dos demais juízes que não observarem a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal, o autor da Ação Declaratória de Constitucionalidade;
- e) - a decisão tem efeito vinculante, mas em face do princípio da pertinência temática, limita-se as ações em que o Distrito Federal atuar como parte.

10) - Sobre atos e termos processuais é incorreto afirmar:

- a) - no caso de publicação de atos judiciais pelo Diário da Justiça eletrônico, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário;
- b) - a publicação eletrônica, na forma do artigo 4º da Lei 11.419/2006, substitui qualquer outro meio de publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal;
- c) - quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até o último dia, desde que dentro do horário de expediente do foro, nos termos das normas de organização judiciária local;
- d) - consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico;
- e) - os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida na Lei 11.419/2006, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

11) - Quanto aos recursos, analise as afirmativas abaixo e indique a alternativa correta:

I - a interpretação razoável de preceito de lei, ainda que não seja a melhor, não dá ensejo à admissibilidade ou ao conhecimento de recurso de revista ou de embargos com base, respectivamente, na alínea “c” do artigo 896 e “b” do artigo 894 da CLT;

II - cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte;

III - o recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de oito dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, desde que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária;

IV - não se conhece do recurso de revista ou de embargos se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.

- a) Todas as afirmativas estão corretas;
- b) Apenas a afirmativas I está incorreta;
- c) Apenas a afirmativa II está incorreta;
- d) Apenas a afirmativa III está incorreta;
- e) Apenas a afirmativa IV está incorreta;

12) – Com relação à execução no processo do trabalho, analise as afirmativas abaixo e marque a alternativa correta:

I - Conforme entendimento sumulado do TST, não fere direito líquido e certo do executado a penhora em dinheiro, ainda que se tratar de execução provisória, uma vez que obedecida a ordem estabelecida no artigo 655 do CPC;

II - a admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiros, depende de demonstração inequívoca da divergência jurisprudencial ou violação direta da Constituição Federal;

III - Conforme previsão expressa da CLT, tratando-se de prestações sucessivas por tempo determinado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução.

IV - devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto da discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.

- a) - todas as afirmativas estão corretas;
- b) - apenas três afirmativas estão corretas;
- c) - apenas duas afirmativas estão corretas;
- d) - apenas uma afirmativa está correta;
- e) - todas as afirmativas estão incorretas.

13) – A respeito da competência das Varas do Trabalho, considerando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

I - a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutra local ou no estrangeiro;

II - quando for parte no dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Vara da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado;

III - em se tratando de ação anulatória, a competência originária se dá no mesmo juízo em que praticou o ato supostamente eivado de vício;

IV - a simples presença de lei que disciplina a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público não é o bastante para deslocar a competência da Justiça do Trabalho se se alega desvirtuamento em tal contratação, mediante a prestação de serviços à Administração para atendimento de necessidade permanente e não para acudir a situação transitória e emergencial.

- a)- todas as opções estão corretas;
- b) - apenas três opções estão corretas;
- c) - apenas duas opções estão corretas;
- d) - apenas uma opção está correta;
- e) - todas as opções estão incorretas.

14) - No atinente à ação civil pública, assinale a alternativa correta:

I - para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do artigo 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal;

II - a legitimação do Ministério Público para as ações civis prevista na Constituição Federal não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses;

III - a ação civil pública pode ter por objeto um comando condenatório, cautelar, declaratório, constitutivo (positivo ou negativo), mandamental, de liquidação e de execução ou qualquer outra espécie, desde que necessário para a tutela dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;

IV - a ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

- a) - todas as opções estão corretas;
- b) - apenas três opções estão corretas;
- c) - apenas duas opções estão corretas;
- d) - apenas uma opção está correta;
- e) - todas as opções estão incorretas.

15) Ainda no que se refere à Ação Civil Pública, considere as proposições abaixo formuladas e assinale a alternativa correta:

I - É facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas, habilitarem-se como litisconsortes de qualquer das partes;

II - Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, somente o Ministério Público poderá assumir a titularidade ativa;

III - A antecipação dos efeitos da tutela concedida antes da sentença ou na própria sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário;

IV - A ação civil pública somente poderá ter por objeto a condenação no cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer;

V - A Defensoria Pública tem legitimidade para propor a ação civil pública.

- a) - todas as afirmativas são falsas;
- b) - somente as afirmativas II, III e IV são falsas;
- c) - somente as afirmativas II, III e V são falsas;
- d) - somente as afirmativas II, III, IV e V são falsas;
- e) - somente as afirmativas III, IV e V são falsas.



16) - Considere as proposições abaixo formuladas e assinale a alternativa correta:

I – as Varas do Trabalho não têm competência funcional para apreciar e julgar mandado de segurança, uma vez que a competência originária e hierárquica para o aludido remédio constitucional será sempre dos Tribunais Regionais do Trabalho ou do Tribunal Superior do Trabalho, quando figurar como autoridade coatora Juiz Titular ou Substituto de Vara do Trabalho, o próprio Tribunal ou qualquer de seus órgãos ou membros, a turma ou qualquer de seus órgãos ou membros;

II – de acordo com entendimento sumulado do c. TST, cabe a impetração do mandado de segurança, da decisão de Juiz Titular de Vara do Trabalho que concede tutela antecipada antes da sentença, em face da inexistência de recurso próprio;

III – no processo do trabalho é cabível a propositura de ação de consignação em pagamento com escopo de purgar a mora e evitar a aplicação de multa, na hipótese de o empregador encontrar resistência do empregado em receber o valor das verbas rescisórias colocado à sua disposição pela empresa;

IV – é cabível no processo do trabalho ação anulatória pelo Ministério Público do Trabalho para declarar a nulidade de cláusula constante de Convenção e Acordo Coletivos, que estabelece a imposição de contribuição assistencial a empregados não-associados em favor do sindicato da categoria profissional, na medida em que afronta a liberdade de associação constitucionalmente assegurada;

V – na Justiça do Trabalho é cabível a propositura de ação monitória, o que é corroborado pela compatibilidade desta ação com esta Especializada, a qual necessita de rápida solução da lide, considerando que, geralmente, o pólo ativo é formado pelo hipossuficiente.

- a) - todas as opções estão corretas;
- b) - apenas três opções estão corretas;
- c) - apenas duas opções estão corretas;
- d) - apenas uma opção está correta;
- e) - todas as opções estão incorretas.

17) - Acerca da Correição Parcial, analise as proposições abaixo formuladas e assinale a alternativa correta:

I - A correição parcial é medida que não encontra expressa previsão na CLT, mas nos Regimentos Internos do TST e dos Tribunais Regionais do Trabalho e somente tem cabimento contra *errores in procedendo*, não abrangendo *error in iudicando*.

II - Conforme Regimento Interno do TRT da 23ª Região, o pedido de correição será formulado no prazo de oito dias, a contar da ciência do ato impugnado ou da omissão processual, pela parte que se sentir prejudicada, através de advogado, em petição dirigida ao Corregedor;

III - Ainda de acordo com o Regimento Interno do TRT da 23ª Região, o Corregedor poderá indeferir liminarmente o pedido quando entender não se tratar de caso que justifique pedido de correição.

IV - Da decisão que indefere liminarmente pedido de correição parcial cabe agravo regimental.

- a) - Todas as afirmativas estão corretas
- b) - Somente a afirmativa I está incorreta;
- c) - Somente as afirmativas I e IV estão incorretas;
- d) - Somente as afirmativas II e IV estão incorretas;
- e) - Somente as afirmativas III e IV estão incorretas.

18)- Compete à seção especializada em dissídios coletivos, ou seção normativa do c. TST, originariamente:

I - conciliar e julgar os dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever suas próprias sentenças normativas, nos casos previstos em lei;

II - homologar as conciliações celebradas nos dissídios coletivos de que trata a alínea anterior;

III - julgar as ações rescisórias propostas contra suas sentenças normativas;

IV - julgar os mandados de segurança contra os atos praticados pelo Presidente do Tribunal ou por qualquer dos Ministros integrantes da seção especializada em processo de dissídio coletivo;

V - julgar os conflitos de competência entre Tribunais Regionais do Trabalho em processos de dissídio coletivo.

- a) Todas as afirmativas estão corretas;
- b) Somente as afirmativas I, II, III e IV estão corretas;
- c) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas;
- d) Somente as afirmativas II, III e V estão corretas;
- e) Somente as afirmativas I, II e V estão corretas.

19) - Considere as proposições abaixo formuladas e assinale a alternativa correta:

I - A ação rescisória é uma ação de conhecimento, de natureza constitutivo-negativa, porquanto visa à desconstituição da *res judicata*.

II - De acordo com o art. 831, § único, da CLT, o termo de conciliação valerá como decisão irrecorrível, somente atacável por ação rescisória (Súmula 259/TST), razão pela qual, da decisão que homologa acordo onde se estabelece natureza jurídica de indenização à totalidade das parcelas objeto do acordo, não cabe recurso pelo INSS, que poderá se valer da ação rescisória para desconstituir a *res judicata*.

III - Cabe ação rescisória para rescindir sentença de mérito transitada em julgado que violar literal disposição de lei. A expressão "lei" há de ser entendida em sentido amplo, incluindo dentre outros, lei ordinária e a medida provisória, mas segundo orientação jurisprudencial do TST, não estão incluídos na expressão, dentre outros, o acordo coletivo de trabalho, a convenção coletiva, o regulamento de empresa e a portaria do Poder Executivo.

IV - Muito embora a ação rescisória não se trate de um recurso, o TST exige, para cabimento da ação rescisória fundada em violação literal de dispositivo legal, pronunciamento explícito sobre o tema na sentença rescindenda quanto à matéria veiculada na rescisória, conforme Súmula 298.

V - Quanto ao prazo para ajuizamento da ação rescisória, de acordo com Súmula do TST, é correto afirmar que, na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude.

- a) – todas as afirmativas são falsas;
- b) – somente as afirmativas II, III são verdadeiras;
- c) – somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras;
- d) – todas afirmativas são verdadeiras;
- e) – somente a afirmativa II é falsa.

20) – Considere as proposições abaixo formuladas e assinale a alternativa correta:

- I - cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas das Varas do Trabalho e juízos, no prazo de 8 (oito) dias;
- II - cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas dos Tribunais Regionais, em processo de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos;
- III - nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de dez dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor;
- IV - nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o parecer, com registro na certidão;
- V - os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.

- a) – todas as afirmativas são verdadeiras;
- b) – somente as afirmativas II, III são verdadeiras;
- c) – somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras;
- d) – todas afirmativas são falsas;
- e) – somente a afirmativa II é falsa.

#### DIREITO CIVIL

21) - Assinale a alternativa incorreta:

- a) - na perspectiva da validade do negócio jurídico o silêncio tem relevância, caracterizando omissão dolosa quando, nos atos bilaterais, for intencionalmente empregado para prejudicar a outra parte, que, se soubesse da real intenção do agente, não haveria celebrado avença, fato este que constitui causa de nulidade do negócio jurídico;
- b) - a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir, bem como a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento;
- c) - os negócios jurídicos devem ser interpretados restritivamente e conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração;
- d) - considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto;
- e) - invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas, bem assim as condições incompreensíveis ou contraditórias.

22) - No atinente à invalidade do negócio jurídico, não é correto afirmar que:

- a) - o ato nulo opera-se de pleno direito e não admite confirmação; a nulidade pode ser argüida pelas partes, por terceiro interessado, pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir, ou pode ser pronunciada de ofício pelo juiz, bem assim pode ser reconhecida a qualquer tempo;
- b) - o ato anulável atinge interesses particulares, legalmente tutelados; não se opera de pleno direito e admite confirmação expressa ou tácita; a anulabilidade somente pode ser argüida pelas partes interessadas;
- c) - é anulável o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente, bem assim por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores;
- d) - a anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença e aproveita exclusivamente aos interessados que a alegarem, ainda que se trate do caso de indivisibilidade;
- e) - é escusada a confirmação expressa, quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.

23) - Analise as proposições abaixo formuladas, e marque a alternativa correta:

I – a boa-fé subjetiva, em geral, deriva do reconhecimento da ignorância do agente a respeito de determinada circunstância, ou seja, consiste em uma situação psicológica, um estado de ânimo ou de espírito do agente que realiza determinado ato ou vivencia dada situação, sem ter ciência do vício que a inquina;

II -a boa-fé objetiva tem natureza de princípio jurídico, consistente em verdadeira regra de comportamento, de fundo ético e exigibilidade jurídica, em que as partes, em determinada relação jurídica, devem guardar entre si a lealdade e o respeito que se esperam do homem comum;

III) a norma é imperativa no sentido de que o juiz pronunciará, de ofício, a prescrição; todavia, o devedor poderá renunciar à prescrição de forma expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar;

IV) os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente;

V) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor;

- a) - estão corretos apenas os itens I, II;
- b) - estão corretos apenas os itens I, II e III;
- c) - estão corretos apenas os itens I, II, III e IV;
- d) - todos os itens estão corretos;
- e) - está incorreto apenas o item III.

24) - Sobre a aplicação da lei civil no tempo e no espaço, assinale a alternativa incorreta:

- a) - salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o País quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada;
- b) - nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia noventa dias depois de oficialmente publicada;
- c) - não se destinando a vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue;
- d) - a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior;
- e) - salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

25) – Considerando as disposições do Código Civil acerca da Teoria Geral das Obrigações, analise as afirmativas abaixo formuladas e assinale a alternativa correta.

- I - se a obrigação alternativa for de prestações periódicas, a opção, que de regra cabe ao devedor, poderá ser exercida em cada período;
- II - perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos;
- III - o julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais; o julgamento favorável aproveita-lhes, a menos que se funde em exceção pessoal ao credor que o obteve;
- IV - não importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.

- a) - todas as opções estão corretas;
- b) - apenas três opções estão corretas;
- c) - apenas duas opções estão corretas;
- d) - apenas uma opção está correta;
- e) - todas as opções estão incorretas.

26) - Sobre a mora, assinale a alternativa correta:

- a) - nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde a citação;
- b) - ainda que a obrigação tenha termo fixado o devedor somente será constituído em mora com a interpelação judicial;
- c) - não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial;
- d) - o devedor incorre em mora ainda que não haja fato ou omissão a ele imputável;
- e) - a mora aplica-se exclusivamente ao devedor, não sendo possível a constituição do credor em mora.

27) – Na perspectiva do contrato de prestação de serviços, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - o contrato de prestação de serviços não poderá ser convencionado por prazo superior a quatro anos;
- II - não havendo prazo estipulado, nem se podendo inferir da natureza do contrato, ou do costume do lugar, qualquer das partes, a seu arbitrio, mediante prévio aviso, pode resolver o contrato. O aviso será com antecedência de oito dias, se o salário se houver fixado por tempo de um mês ou mais;
- III - se o prestador de serviço for despedido sem justa causa, a outra parte será obrigada a pagar-lhe por inteiro a retribuição vencida, e por metade a que lhe tocava de então ao termo do contrato;
- IV - não se conta no prazo do contrato o tempo em que o prestador de serviço, por culpa sua, deixou de servir.

- a) - todas as opções estão corretas;
- b) - apenas três opções estão corretas;
- c) - apenas duas opções estão corretas;
- d) - apenas uma opção está correta;
- e) - todas as opções estão incorretas.

28) – Quanto à formação dos contratos, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:  
I - feita a proposta, a aceitação fora do prazo com adições, restrições ou modificações importará em nova proposta;

II - a aceitação deve ser expressa, não se admitindo a aceitação tácita;

III - reputa-se celebrado o contrato no lugar em que foi proposto;

IV - deixa de ser obrigatória a proposta se antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

- a) - todas as opções estão corretas;
- b) - apenas três opções estão corretas;
- c) - apenas duas opções estão corretas;
- d) - apenas uma opção está correta;
- e) - todas as opções estão incorretas.

29) - Assinale a alternativa incorreta:

a) - nos contratos de empreitada de edifício ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo;

b) - quando o pagamento for em quotas periódicas, a quitação da última estabelece, até prova em contrário, a presunção de estarem solvidas as anteriores;

c) - reputa-se verificada, quanto aos efeitos jurídicos, a condição cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem desfavorecer, considerando-se, ao contrário, não verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento;

d) - a cláusula resolutiva expressa ou tácita opera-se de pleno direito;

e) - nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

30 - Considerando as disposições contidas no Código Civil, acerca da responsabilidade civil, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - o princípio da solidariedade moral e econômica pertinente à família não impede o ascendente de exercer o direito de regresso contra descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz, causador de dano a outrem, para reaver o que pagou, reembolsando-se da soma indenizatória que despendeu, recompondo seu patrimônio;

II - a responsabilidade civil do causador do dano não pode ser reconhecida quando ele obtiver no Juízo Criminal, absolvição por falta de provas suficientes da autoria;

III - o Código Civil não autoriza o empregador a exercer direito de regresso contra o empregado, para reaver o que pagou, reembolsando-se da soma indenizatória que despendeu, recompondo seu patrimônio;

IV - o valor da indenização deve equivaler, sempre, à extensão do dano;

V - o autor de homicídio é obrigado a prestar os alimentos que o morto devia aos filhos, enquanto viverem;

- a) - todas as alternativas estão incorretas;
- b) - todas as alternativas estão corretas;
- c) - somente as alternativas I, II e V estão corretas;
- d) - somente as alternativas I, III e V estão corretas;
- e) - somente as alternativas II, III e IV estão corretas.

31) - Considerando as disposições contidas no Livro II do Código Civil – Do Direito de Empresa, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa incorreta:

- a) - os sócios podem estipular, no contrato de sociedade simples, a exclusão de participação de qualquer sócio nas perdas, desde que também estipulem na mesma cláusula, a exclusão de participação do mesmo sócio nos lucros;
- b) - o sócio responderá por perdas e danos sempre que, tendo interesse pessoal contrário ao da sociedade em alguma operação, for voto decisivo na deliberação que a aprovar;
- c) - não pode ser administrador de sociedade simples quem for condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, enquanto perdurarem os efeitos da condenação;
- d) - celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados;
- e) - a atividade da sociedade pode restringir-se à realização de um ou mais negócios determinados.

32) - Considerando as disposições contidas no Código Civil acerca do estabelecimento, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária e este complexo pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza;
- II - o contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial;
- III - se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação;
- IV - o adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, e o devedor primitivo continua solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação do instrumento contratual de transferência, e, quanto aos outros, da data do vencimento;
- V - não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência e no caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento, a proibição prevista neste artigo persistirá durante o prazo do contrato.

- a)- todas as afirmativas estão corretas;
- b) - todas as afirmativas estão incorretas;
- c) - somente as afirmativas II e III estão corretas;
- d) - somente as afirmativas II e IV estão corretas;
- e) - somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

33) – Considerando as disposições contidas no Código Civil, acerca das preferências e privilégios creditórios, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - goza de privilégio geral, sobre os bens do devedor, dentre outros, o crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor, nos seus derradeiros seis meses de vida;

II - o crédito do trabalhador agrícola, quanto à dívida dos seus salários, tem privilégio especial sobre o produto da colheita para a qual houver concorrido com o seu trabalho, e precipuamente a quaisquer outros créditos, ainda que reais;

III - goza de privilégio especial, sobre os bens do devedor o crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor, nos seus derradeiros seis meses de vida;

IV - o crédito do trabalhador agrícola, quanto à dívida dos seus salários, tem privilégio geral sobre o produto da colheita para a qual houver concorrido com o seu trabalho, e precipuamente a quaisquer outros créditos, ainda que reais;

V - o privilégio especial só compreende os bens sujeitos, por expressa disposição de lei, ao pagamento do crédito que ele favorece; e o geral, todos os bens não sujeitos a crédito real nem a privilégio especial.

- a) - todas as afirmativas estão incorretas;
- b) - somente as afirmativas I e II estão corretas;
- c) - somente as afirmativas III e IV estão corretas;
- d) - somente as afirmativas III, IV e V estão corretas;
- e) - somente as afirmativas I, II e V estão corretas.

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

34) Analise as proposições abaixo formuladas, e marque a alternativa correta:

I - nos termos da literalidade do artigo 93, inciso IX, da CF/88, *todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;*

II - pelo princípio da prova ilícita previsto na CF/88 e da teoria dos frutos da árvore envenenada, as provas obtidas por meio ilícito são inadmissíveis no processo, bem como estarão maculadas pelo vício da ilicitude também as provas derivadas de provas obtidas por meio ilícito;

III - o princípio da inafastabilidade da jurisdição tem morada na CF/88, porquanto a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, constituindo verdadeira garantia fundamental, a qual não se confunde com o direito de petição, já que este se trata de um direito de participação política, em que não é necessário demonstrar qualquer interesse pessoal ou lesão a direito pessoal;

IV - nos termos da literalidade do artigo 93, inciso IX, da CF/88, *todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação,*

V - por força da promulgação da Emenda Constitucional nº 45, a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.



- a) - está incorreto apenas o item I;
- b) - estão corretos apenas os itens III, IV e V;
- c) - estão incorretos apenas os itens III e IV;
- d) - todos os itens estão corretos;
- e) - está incorreto apenas o item IV.

35) - Assinale a alternativa incorreta:

- a) - a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- b) - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- c) - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- d) - no atinente à Administração Pública, o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar;
- e) - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

36) - Marque a alternativa correta:

- a) - o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e cada legislatura terá a duração de um ano;
- b) - é da competência privativa do Congresso Nacional, com a manifestação do Presidente da República, por intermédio de veto ou sanção, autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;
- c) - em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, sendo vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral, direito penal, processual penal, processual civil, e reservada à lei complementar;
- d) - compete exclusivamente à Câmara dos Deputados autorizar, por um terço de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
- e) - a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

37) - Comete ofensa a direito fundamental assegurado pela Constituição Federal:

- I - quem penetra em casa alheia, sem o consentimento do morador, em caso de flagrante delito;
- II - quem penetra em casa alheia, sem o consentimento do morador, em caso de desastre ou para prestar socorro;
- III - quem, munido de ordem judicial, penetra em casa alheia sem o consentimento do morador, durante a noite;
- IV - quem, durante o dia ou durante a noite, penetra em casa alheia, sem consentimento do morador, em caso de flagrante delito ou desastre ou para prestar socorro.

- a) - todas as proposições estão incorretas;
- b) - apenas a proposição I está incorreta;
- c) - apenas a proposição II está incorreta;
- d) - apenas a proposição III está incorreta;
- e) - apenas a proposição IV está incorreta.

38) - Assinale a alternativa correta:

- a) - o Presidente da República, admitida a acusação por dois terços dos membros do Senado Federal, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns, ou perante a Câmara dos Deputados, nos crimes de responsabilidade;
- b) - admitida a acusação pelo Senado Federal, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções;
- c) - recebida a acusação pelo Supremo Tribunal Federal, presentes os requisitos legais e autorizado o afastamento pelo Senado Federal, o Presidente da República estará sujeito à prisão;
- d) - o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções;
- e) - a suspensão do Presidente da República, durante seu julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, não poderá ser superior a noventa dias.

39) - A busca pelo pleno emprego é um dos:

- a) - fundamentos da República Federativa do Brasil;
- b) - objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil;
- c) - princípios da ordem econômica;
- d) - objetivos da seguridade social;
- e) - princípios que regem a República Federativa do Brasil nas relações internacionais.

40) - No tocante à súmula vinculante, analise as proposições e assinale a alternativa correta.

I - o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder a sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei;

II - podem provocar a revisão de súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Governador de Estado, o Procurador Geral da República e o Conselho Federal da OAB;

III - o rol das pessoas elencadas pela Constituição Federal com legitimidade para provocar a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal não pode ser ampliado por norma infraconstitucional;

IV - a súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos, sobre questão idêntica.

- a) - todas as opções estão corretas;
- b) - apenas três opções estão corretas;
- c) - apenas duas opções estão corretas;
- d) - apenas uma opção está correta;
- e) - todas as opções estão incorretas.

41) - Sobre a composição dos Tribunais são corretas as seguintes proposições:

I - o TST será composto por vinte e sete Ministros, dos quais um quinto dentre advogados e membros do Ministério Público do Trabalho e os demais dentre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho oriundos da carreira da magistratura;

II - o STJ será composto por trinta e três Ministros, dos quais um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal; dois terços dentre Desembargadores dos Tribunais de Justiça e um terço dentre juizes dos Tribunais Regionais Federais, todos oriundos da carreira da magistratura;

III - os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, oito juizes, sendo um quinto dentre advogados e membros do Ministério Público do Trabalho e os demais mediante promoção de juizes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente;

IV - a lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar Estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juizes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça ou por Tribunal de Justiça Militar, nos estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

- a) - todas as opções estão corretas;
- b) - apenas três opções estão corretas;
- c) - apenas duas opções estão corretas;
- d) - apenas uma opção está correta;
- e) - todas as opções estão incorretas.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

42) - Analise as proposições abaixo formuladas, e marque a alternativa correta:

I - entidades autárquicas são pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas ou autorizadas por lei específica, para realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou, as quais funcionam e operam na forma estabelecida na lei instituidora e nos termos de seu regulamento, podendo desempenhar atividades educacionais, previdenciárias e quaisquer outras outorgadas pela entidade estatal-matriz, com subordinação hierárquica, e sujeitas ao controle finalístico de sua administração e da conduta de seus dirigentes;

II - entidades empresariais são pessoas jurídicas de Direito Privado, instituída sob a forma de sociedade de economia mista ou empresa pública, com a finalidade de prestar serviço público que possa ser explorado no modo empresarial, ou de exercer atividade econômica de relevante interesse coletivo, cuja criação depende lei complementar;

III - entidades fundacionais são pessoas jurídicas de Direito Público ou pessoas jurídicas de Direito Privado, devendo a lei complementar definir as respectivas áreas de atuação;

IV - no atinente aos poderes administrativos, o poder vinculado ou regrado é aquele que o Direito Positivo confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização, em que o agente público fica inteiramente preso ao enunciado da lei, em todas as suas especificações, enquanto o Poder discricionário é o que o Direito concede à Administração de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo;

V - poder de polícia é faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo dos bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado, vale dizer, é o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito individual.

- a) - está incorreto apenas o item I;
- b) - estão incorretos apenas os itens I e II;
- c) - estão incorretos apenas os itens I, II, III;
- d) - estão incorretos apenas os itens I, II, III e IV;
- e) - todos os itens estão incorretos.

43) - Com relação à responsabilidade civil do Estado ou da Administração, assinale a alternativa incorreta:

a) - responsabilidade civil da Administração é a que impõe ao Estado a obrigação de compor o dano causado a terceiros por agentes públicos, no desempenho de suas atribuições ou a pretexto de exercê-las, a qual é distinta da responsabilidade contratual;

b) - na teoria da culpa administrativa, leva-se em conta a falta do serviço e a culpa subjetiva do agente, para delas inferir a responsabilidade da Administração, cabendo à vítima o dever de comprovar a falta do serviço e a culpa, para obter a indenização;

- c) - na teoria do risco administrativo, a obrigação de indenização surge tão-somente com a ocorrência do ato lesivo e injusto causado à vítima, sem concurso desta, pela Administração, não se exigindo, dessa forma, qualquer falta do serviço público e nem culpa de seus agentes.
- d) - a Constituição Federal de 1988 orientou-se pela teoria do risco administrativo ao estabelecer que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros;
- e) - quanto aos atos judiciais e legislativos, o Estado só responde mediante a comprovação de culpa manifesta na sua expedição, de maneira ilegítima e lesiva.

44) - Não constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública:

- a) - frustrar a ilicitude de concurso público;
- b) - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;
- c) - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;
- d) - negar publicidade aos atos oficiais;
- e) - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

45) - Não decorre do princípio da continuidade do serviço público, a seguinte consequência:

- a) - a imposição de prazos rigorosos ao contraente;
- b) - a aplicação da teoria da imprevisão, para recompor o equilíbrio econômico financeiro do contrato e permitir a continuação do serviço;
- c) - a inaplicabilidade da *exceptio non adimpleti contractus* contra a Administração;
- d) - o reconhecimento de privilégios para a Administração, como o de encampação, o de uso compulsório dos recursos humanos e materiais da empresa contratada, quando necessário para dar continuidade à execução do serviço;
- e) - o direito à prestação do serviço, sem qualquer distinção de caráter pessoal, desde que a pessoa satisfaça às condições legais.

46) - Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa incorreta:

I - por força de dispositivo constitucional, incumbe ao Poder Público, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos, tendo a obrigação de manter serviço adequado. Por expressa definição legal, serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas;

II - o princípio da mutabilidade do regime jurídico ou da flexibilidade dos meios aos fins autoriza mudanças no regime de execução do serviço para adaptá-lo ao interesse público, que é sempre variável no tempo. Em decorrência disso, nem os servidores públicos, nem os usuários dos serviços públicos, nem os contratados pela Administração têm direito adquirido à manutenção de determinado regime jurídico; o estatuto dos funcionários pode ser alterado, os contratos também podem ser alterados ou rescindidos unilateralmente para atender ao interesse público;

III - o serviço público é incumbência do Estado, que o presta sempre diretamente, por meio dos próprios órgãos que compõem a Administração Pública centralizada da União, Estados e Municípios,

ou por pessoas jurídicas criadas pelo Estado com essa finalidade, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas;

IV --a prestação de serviço público com prejuízo agride o princípio da eficiência da Administração Pública, estabelecido no art. 37 da CF;

V – o serviço outorgado tem presunção de definitividade enquanto o serviço delegado é estabelecido por prazo certo.

- a) - todas as afirmativas estão incorretas;
- b) - somente a afirmativa IV está incorreta;
- c) - somente as afirmativas III e IV estão incorretas;
- d) - somente a afirmativa III está incorreta;
- e) - somente as afirmativas II, III e IV estão incorretas.

### DIREITO COMERCIAL

47) - Considerando o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social;

II - as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do CDC;

III- as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do CDC;

IV- as sociedades coligadas responderão por dolo ou culpa;

V - poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

- a) - todas as afirmativas estão incorretas;
- b) - somente a afirmativa IV está incorreta;
- c) - somente as afirmativas III e IV estão incorretas;
- d) - somente a afirmativa III está incorreta;
- e) - somente as afirmativas II, III e IV estão incorretas.

48) – Ainda de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, não é nula de pleno direito, por abusividade, a cláusula contratual relativa ao fornecimento de produtos e serviços que:

- a) - determine a utilização compulsória de arbitragem;
- b) - permita ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;
- c) - infrinja ou possibilite a violação de normas ambientais;
- d) - imponha representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor;
- e) - permita ao fabricante ou ao fornecedor provar a inexistência de defeito no produto colocado no mercado.

49) - Nos termos da Lei nº 11.101, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, indique a afirmativa incorreta:

- a) - a decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida, inclusive ao sócio que tenha se retirado voluntariamente ou que tenha sido excluído da sociedade, há menos de 2 anos, quanto às dívidas existentes na data do arquivamento da alteração do contrato, no caso de não terem sido solvidas até a data da decretação da falência;
- b) - a responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, será apurada no próprio juízo da falência, independentemente da realização do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo, observado o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil;
- c) - é superprivilegiado, na ordem de classificação dos créditos na falência, os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 180 (cento e oitenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho;
- d) - os créditos trabalhistas cedidos a terceiros serão considerados quirografários;
- e) - o processo de falência atenderá aos princípios da celeridade e da economia processual.

50) - Com base na Lei nº 4886/1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa que não corresponde a um dos elementos obrigatórios do contrato de representação comercial:

- a) - prazo certo ou indeterminado da representação;
- b) - garantia ou não, parcial ou total, ou por certo prazo, da exclusividade de zona ou setor de zona;
- c) - exercício exclusivo ou não da representação a favor do representado;
- d) - retribuição e época do pagamento, pelo exercício da representação, dependente da efetiva realização dos negócios, e recebimento, ou não, pelo representado, dos valores respectivos;
- e) - indenização devida ao representante pela rescisão do contrato a que não deu causa, cujo montante não poderá ser inferior a 50% do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação.